

4. Essa desistência antecipada e genérica de qualquer actividade de verificação é susceptível de provocar graves distorções no bom funcionamento do sistema comum do IVA. Em especial, é alterado o princípio da neutralidade fiscal, o qual se opõe a que operadores económicos que efectuem as mesmas operações sejam tratados diversamente no que respeita ao modo de cobrança do IVA. Qualquer excepção à regra da efectiva aplicação e cobrança do IVA traduz-se, de facto, por um lado, num grave prejuízo para as empresas italianas e de outros Estados-Membros que estavam sujeitas ao regime comum do imposto sobre o valor acrescentado e, por outro, numa grave lesão do princípio da *sã concorrência* no interior do mercado comum, enunciado no quarto considerando da Sexta Directiva.

⁽¹⁾ JO L 347, p. 1

⁽²⁾ JO L 145, p. 1; EE 09 F1 p. 54

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Consiglio di Stato (Itália) em 4 de Abril de 2007 — SAVA e C. Srl, SIEME Srl, GRADED SpA/Mostra d'Oltremare SpA e o.

(Processo C-194/07)

(2007/C 140/21)

Língua do processo: italiano

Órgão jurisdicional de reenvio

Consiglio di Stato

Partes no processo principal

Recorrentes: SAVA e C. Srl, SIEME Srl, GRADED SpA

Recorrido: Mostra d'Oltremare SpA e o.

Questão prejudicial

«O artigo 1.º da Directiva 89/665/CEE ⁽¹⁾ do Conselho, de 21 de Dezembro de 1989, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas relativas à aplicação dos processos de recurso em matéria de adjudicação dos contratos de direito público de obras [e] de fornecimentos, conforme alterada pela Directiva 92/50/CEE ⁽²⁾ do Conselho, de 18 de Junho de 1992, relativa à coordenação de processos de adjudicação dos contratos públicos de serviços, deve ser interpretado no

sentido de que se opõe a que, segundo o direito nacional, o recurso de uma decisão de adjudicação de um contrato possa ser interposto, a título individual, por apenas um dos membros de uma associação temporária sem personalidade jurídica que tenha participado, nessa qualidade, num processo de adjudicação de um contrato público e a quem o referido contrato não tenha sido adjudicado?»

⁽¹⁾ JO L 395, p. 33.

⁽²⁾ JO L 209, p. 1.

Recurso interposto em 16 de Abril de 2007 por C.A.S. SpA do acórdão proferido pelo Tribunal de Primeira Instância (Quinta Secção) em 6 de Fevereiro de 2007 no processo T-23/03, C.A.S. SpA/Comissão das Comunidades Europeias

(Processo C-204/07 P)

(2007/C 140/22)

Língua do processo: alemão

Partes

Recorrente: C.A.S. SpA (representante: D. Ehle, Rechtsanwalt)

Outra parte no processo: Comissão das Comunidades Europeias

Pedidos da recorrente

- Anular o acórdão do Tribunal de Primeira Instância de 6 de Fevereiro de 2007 no processo T-23/03 ⁽¹⁾;
- Julgar procedentes os pedidos formulados em primeira instância; subsidiariamente, remeter o processo ao Tribunal de Primeira Instância para que este decida a causa;
- Deferir os pedidos de medidas de organização do processo, apresentados pela recorrente por requerimentos de 28 de Janeiro e de 4 e 11 de Agosto de 2003;
- Condenar a recorrida em primeira instância nas despesas do processo.

Fundamentos e principais argumentos

A recorrente fundamenta o seu recurso nos seguintes nove fundamentos, com base nos quais considera errado o acórdão recorrido.

O **primeiro fundamento** de recurso refere-se à competência exclusiva das autoridades turcas, aceite pelo Tribunal de Primeira Instância, para considerarem os certificados de circulação de mercadorias ATR1 por elas emitidos e apresentados na importação como «verdadeiros» ou «falsos», ou «regulares» ou «irregulares». A recorrente é de opinião de que, nos casos em que existam elementos objectivos suficientes e conclusivos que provem a colaboração das autoridades aduaneiras competentes de um país exportador na irregularidade da emissão dos certificados de circulação (envio dos formulários, dos selos e das assinaturas), bem como no despacho de exportação das mercadorias com base nesses certificados, a competência exclusiva do serviço aduaneiro do país de exportação deixa de existir. As explicações dadas posteriormente pelas autoridades turcas a respeito dos certificados não podem ser consideradas fidedignas nem por si só determinantes.

Com o **segundo fundamento**, a recorrente ataca a opinião expressa no acórdão recorrido sobre o âmbito do direito de acesso ao processo e os direitos de defesa de um recorrente. O direito de acesso ao processo não se limita apenas ao acesso aos documentos com base nos quais a Comissão, segundo a sua decisão interna e as suas informações, tomou a decisão recorrida. O direito de acesso ao processo inclui igualmente todos os demais documentos, confidenciais ou não, que, na perspectiva da apreciação do litígio, possam ser importantes para as alegações de facto e de direito da recorrente.

O **terceiro fundamento**, segundo a recorrente, consiste no facto de o Tribunal de Primeira Instância ter posto inteiramente a cargo da recorrente o ónus da prova relativamente às circunstâncias de facto que justificam a existência de uma «situação especial», na acepção do artigo 239.º do CAC e do artigo 905.º do Regulamento de aplicação do CAC. A recorrente sustenta que, em determinados casos, deve haver a inversão do ónus da prova ou então um ónus da prova reduzido. Em nenhum caso deve caber à recorrente o ónus da prova relativamente a determinados factos por si alegados, ocorridos em países terceiros (neste caso, a Turquia), os quais podem e devem ser apurados em melhores condições pela Comissão ou pelo OLAF no quadro das faculdades de que estas autoridades dispõem. O mesmo se aplica aos factos que estão na esfera da acção e da influência da Comissão.

Com o **quarto fundamento** a recorrente alega que foi erradamente que o Tribunal de Primeira Instância, mesmo relativamente ao ónus da prova posto inteiramente a cargo da recorrente no acórdão, não tomou as medidas de organização do processo requeridas pela recorrente, especialmente as medidas de produção de prova requeridas. Em vez disso, a prova apresentada foi rejeitada por irrelevante.

Como **quinto fundamento**, a recorrente alega que o Tribunal de Primeira Instância interpretou e qualificou de forma juridicamente incorrecta todos os documentos apresentados pela recorrente, bem como os factos e indícios por ela alegados que apontavam no sentido de uma colaboração das autoridades turcas na emissão dos certificados de circulação ATR 1 (pretensamente) «falsos» (mas, na realidade, irregulares). Chegou por isso a conclusões jurídicas erradas. Ao mesmo tempo, o Tribunal de

Primeira Instância desprezou inteiramente factos essenciais alegados de forma clara pela recorrente.

Como **sexto fundamento**, a recorrente alega que o Tribunal de Primeira Instância não considerou, contrariamente ao que devia, que a Comissão procedeu incorrectamente ao não ter convocado nem o comité aduaneiro nem o Conselho da Associação.

O **sétimo fundamento** consiste no facto de o Tribunal de Primeira Instância ter ignorado o interesse legítimo da recorrente na declaração de nulidade da decisão parcialmente impugnada da Comissão relativamente a um determinado certificado de circulação ATR 1.

No **oitavo fundamento**, o Tribunal de Primeira Instância é acusado de ter cometido um erro de direito ao não ter procedido a uma apreciação da equidade e dos riscos do caso concreto. Assim, o Tribunal de Primeira Instância, ignorou que, mesmo aceitando-se que houve certificados de circulação ATR1 falsos, é contrário à equidade, perante a grosseira irregularidade da actuação das autoridades turcas e da Comissão no que se refere à relação entre operador económico e administração, que a recorrente, enquanto operador económico, deva suportar um prejuízo que, se as coisas tivessem corrido correctamente, não se teria verificado.

Como **nono fundamento**, a recorrente censura o acórdão do Tribunal de Primeira Instância por, ao aplicar o artigo 220.º, n.º 2, alínea b) do CAC, ter negado, com base em factos alegados e apurados, a existência de uma cooperação activa das autoridades turcas na emissão e utilização dos 32 certificados ATR1 aqui em causa.

(¹) JO C 82, p. 30.

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Hof van beroep te Gent (Bélgica) em 19 de Abril de 2007 — processo penal contra Lodewijk Gysbrechts e Santurel Inter BVBA

(Processo C-205/07)

(2007/C 140/23)

Língua do processo: neerlandês

Órgão jurisdicional de reenvio

Hof van beroep te Gent

Partes no processo penal nacional

Lodewijk Gysbrechts e Santurel Inter BVBA